

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3384/2018-PGJ, DE 4.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º, inciso XXIV, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, nos termos do artigo 6º, parágrafo único, da Resolução nº 05/2018-CPJ, de 4 de outubro de 2018,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Sergio Luiz Morelli, Hudson Shiguer Kinashi, Olavo Monteiro Mascarenhas, como titulares, e as Procuradoras de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui e Nilza Gomes da Silva, como suplentes, para comporem a Comissão Eleitoral para a eleição dos Conselheiros para o Conselho Superior do Ministério Público, biênio 2019-2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3314/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Alexandre Lima Raslan	2014/2015	30	1º a 30.10.2018
Aroldo José de Lima	2017/2018	20	1º a 20.10.2018
Antonio Siufi Neto	2016/2017	30	1º a 30.10.2018
Belmires Soles Ribeiro	2016/2017	30	5.11 a 4.12.2018
Gerardo Eriberto de Moraes	2017/2018	30	14.9 a 13.10.2018
Gilberto Robalinho da Silva	2001/2002	30	2 a 31.10.2018
Helton Fonseca Bernardes	2016/2017	30	1º a 30.10.2018
Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya	2017/2018	30	1º a 30.10.2018
Mara Cristiane Crisóstomo Bravo	2017/2018	30	12.11 a 11.12.2018
Marcos Antonio Martins Sottoriva	2017/2018	30	1º a 30.10.2018
Marigô Regina Bittar Bezerra	2000/2001	30	1º a 30.10.2018
Miguel Vieira da Silva	2015/2016	30	1º a 30.10.2018
Rodrigo Jacobina Stephanini	2017/2018	30	5.11 a 4.12.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3312/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias remanescentes aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Aroldo José de Lima	2002/2003	6	21 a 26.10.2018
	2012/2013	4	27 a 30.10.2018
Mauri Valentim Riciotti	2014/2015	16	5 a 20.11.2018
	2016/2017	14	21.11 a 4.12.2018
Olavo Monteiro Mascarenhas	2011/2012	4	22 a 25.10.2018
	2013/2014	10	26.10 a 4.11.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3365/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 3.10.2018, as férias do Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, concedidas por meio da Portaria nº 2114/2018-PGJ, de 20.6.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3348/2018-PGJ, DE 3.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Irma Vieira de Santana e Anzoategui	2014/2015	30	1º a 30.10.2018
João Albino Cardoso Filho	2016/2017	30	2 a 31.10.2018
Sergio Fernando Raimundo Harfouche	2016/2017	30	15.10 a 13.11.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3311/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias remanescentes aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	2017/2018	10	21 a 30.10.2018
Antenor Ferreira de Rezende Neto	2017/2018	10	1º a 10.10.2018
Bianka Karina Barros da Costa	2007/2008	6	17 a 22.9.2018
	2009/2010	24	23.9 a 16.10.2018
Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	2014/2015	30	1º a 30.11.2018
Luiz Eduardo Lemos de Almeida	2006/2007	3	4 a 6.11.2018
	2016/2017	7	7 a 13.11.2018
Paulo César Zeni	2012/2013	23	18.10 a 9.11.2018
	2014/2015	7	10 a 16.11.2018
Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	2010/2011	3	22 a 24.10.2018
	2011/2012	1	25.10.2018
	2012/2013	1	26.10.2018
	2013/2014	8	27.10 a 3.11.2018
	2014/2015	8	4 a 11.11.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3345/2018-PGJ, DE 3.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos, 9 (nove) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que seriam usufruídas no período de 15 a 23.11.2018, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4119/2016).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3347/2018-PGJ, DE 3.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Alexandre Magno Benites de Lacerda	2017/2018	30	15.10 a 13.11.2018
Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	2017/2018	20	1º a 20.10.2018
André Antônio Camargo Lorenzoni	2016/2017	30	14.9 a 13.10.2018
Antonio Carlos Garcia de Oliveira	2017/2018	30	1º a 30.11.2018
Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	2017/2018	30	1º a 30.11.2018
Celso Antonio Botelho de Carvalho	1993/1994	30	1º a 30.10.2018
Claudia Loureiro Ocariz Almirão	2017/2018	25	25.10 a 18.11.2018
		5	3 a 7.12.2018
Clovis Amauri Smaniotto	2006/2007	30	27.9 a 26.10.2018
Christiane de Alencar	2017/2018	30	15.10 a 13.11.2018
Daniel do Nascimento Britto	2017/2018	30	20.9 a 19.10.2018
Daniel Pivaro Stadniky	2017/2018	30	15.10 a 13.11.2018
Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	2017/2018	30	1º a 30.10.2018
Edival Goulart Quirino	2012/2013	30	10.10 a 8.11.2018
Eduardo Franco Cândia	2017/2018	30	1º a 30.10.2018
Emy Louise Souza de Almeida Albertini	2017/2018	20	15.10 a 3.11.2018
Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	2016/2017	30	24.9 a 23.10.2018
Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	2017/2018	30	1º a 30.10.2018
Fernando Jamusse	2017/2018	30	15.10 a 13.11.2018
Fernando Marcelo Peixoto Lanza	2017/2018	30	10.10 a 8.11.2018
Filomena Aparecida Depolito Fluminhan	1995/1996	30	1º a 30.10.2018
Grazia Strobel da Silva Gaifatto	2017/2018	30	29.10 a 27.11.2018
Janeli Basso	2017/2018	30	1º a 30.10.2018
José Antonio Alencar	2017/2018	30	19.11 a 18.12.2018
José Aparecido Rigato	2017/2018	30	1º a 30.10.2018
José Arturo Iunes Bobadilla Garcia	2017/2018	30	1º a 30.10.2018
José Maurício de Albuquerque	2016/2017	30	1º a 30.10.2018
Juliana Nonato	2017/2018	30	17.9 a 16.10.2018
Julio Bilemjian Ribeiro	2017/2018	30	11.10 a 9.11.2018
Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	2017/2018	30	28.9 a 27.10.2018
Luciano Anechini Lara Leite	2017/2018	10	15 a 24.10.2018
Luciano Bordignon Conte	2017/2018	30	1º a 30.10.2018
Luiz Eduardo Lemos de Almeida	2017/2018	20	15.10 a 3.11.2018
Marcos Alex Vera de Oliveira	2017/2018	30	8.10 a 6.11.2018
Marcos Roberto Dietz	2017/2018	30	22.10 a 20.11.2018
Marcos Martins de Brito	2017/2018	10	29.10 a 7.11.2018
Maurício Mecelis Cabral	2017/2018	30	22.9 a 21.10.2018
Paulo Henrique Camargo Iunes	2017/2018	30	1º a 30.10.2018
Pedro Arthur de Figueiredo	2016/2017	30	1º a 30.10.2018
Pedro de Oliveira Magalhães	2016/2017	30	1º a 30.10.2018
Radamés de Almeida Domingos	2017/2018	20	26.10 a 14.11.2018
Ricardo Benito Crepaldi	2017/2018	30	1º a 30.11.2018
Rodrigo Yshida Brandão	2017/2018	30	1º a 30.11.2018
Rogério Augusto Calabria de Araujo	2015/2016	30	1º a 30.11.2018
Silvio Amaral Nogueira de Lima	2017/2018	30	1º a 30.11.2018
Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo	2017/2018	30	1º a 30.10.2018
Victor Leonardo de Miranda Taveira	2016/2017	20	18.9 a 7.10.2018
William Marra Silva Junior	2017/2018	30	1º a 30.10.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3323/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Fabricio Secafen Mingati	9.4.2016	15.10.2018
Jerusa Araujo Junqueira Quirino	14, 15 e 16.4 e 13 e 14.5.2017	15, 16, 17, 18 e 19.10.2018
Marcelo Ely	18 e 19.10.2014	15 e 16.10.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3335/2018-PGJ, DE 2.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de outubro de 2018, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
6 e 7.10.2018	PJ de Deodápolis	Anthony Allison Brandão Santos	99312-5568
11 a 14.10.2018	2ª PJ de Fátima do Sul	Rodrigo Cintra Franco	98478-2044
20 e 21.10.2018	1ª PJ de Fátima do Sul	Romão Avila Milhan Junior	99941-7123
27 e 28.10.2018	2ª PJ de Ivinhema	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
6 e 7.10.2018	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
11 a 14.10.2018	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
20 e 21.10.2018	2ª PJ de Rio Brilhante	Rosalina Cruz Cavagnolli	98478-2024
27 e 28.10.2018	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
6 e 7.10.2018	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
11 a 14.10.2018	PJ de Batayporã	Bianka Machado Arruda Mendes	99922-9568
20 e 21.10.2018	PJ de Anaurilândia	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689
27 e 28.10.2018	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
6 e 7.10.2018	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
11 a 14.10.2018	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	98478-2106
20 e 21.10.2018	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	98478-2106
27 e 28.10.2018	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUADEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
6 e 7.10.2018	PJ de Sete Quedas	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
11 a 14.10.2018	PJ de Mundo Novo	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952
20 e 21.10.2018	PJ de Iguaque	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
27 e 28.10.2018	PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219

REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ

6 e 7.10.2018	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana P. F. Berto de Almada	98121-1881
11 a 14.10.2018	2ª PJ de Caarapó	Arthur Dias Junior	99912-6912
20 e 21.10.2018	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottili Dias	99980-3294 98478-2066
27 e 28.10.2018	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana P. F. Berto de Almada	98121-1881

REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ

6 e 7.10.2018	4ª PJ de Ponta Porã	Clarissa Carlotto Torres	98478-2389 98111-3980
11 a 14.10.2018	3ª PJ de Ponta Porã	Gisleine Dal Bó	99965-5105
20 e 21.10.2018	5ª PJ de Ponta Porã	Magno Oliveira João	99825-7430
27 e 28.10.2018	1ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068

REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI

6 e 7.10.2018	PJ de Anastácio	Mateus Sleiman Castriani Quirino	99312-5798
11 a 14.10.2018	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Mateus Sleiman Castriani Quirino	99312-5798
20 e 21.10.2018	1ª PJ de Miranda	Talita Zoccolaro Papa Muritiba	99244-7079
27 e 28.10.2018			

REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA

6 e 7.10.2018	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Buckner	99922-8507
11 a 14.10.2018	PJ de Pedro Gomes	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965
20 e 21.10.2018	2ª PJ de Coxim	Daniella Costa da Silva	98478-2397
27 e 28.10.2018	1ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99933-7533

REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA

6 e 7.10.2018	2ª PJ de Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396
11 a 14.10.2018	1ª PJ de Cassilândia	Pedro de Oliveira Magalhães	99933-1249
20 e 21.10.2018	1ª PJ de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	99677-3534
27 e 28.10.2018	2ª PJ de Costa Rica	Bolivar Luis da Costa Vieira	98478-2340

REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO

6 e 7.10.2018	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
11 a 14.10.2018	1ª PJ de Aparecida do Taboado	Oscar de Almeida Bessa Filho	98478-1495
20 e 21.10.2018	2ª PJ de Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	98478-2028
27 e 28.10.2018	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379

REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU

6 e 7.10.2018	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080
11 a 14.10.2018	PJ de Água Clara	Felipe Almeida Marques	99312-6009
20 e 21.10.2018	1ª PJ de Bataguassu	Wilson Canci Junior	98125-4950
27 e 28.10.2018	PJ de Brasilândia	Paulo Henrique Mendonca de Freitas	99262-5572

REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO

6 e 7.10.2018	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	98478-2038
11 a 14.10.2018	PJ de Rio Negro	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978
20 e 21.10.2018	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380
27 e 28.10.2018	PJ de Bandeirantes	Victor Leonardo de Miranda Taveira	99933-4292

REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA

6 e 7.10.2018	2ª PJ de Bonito	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070
11 a 14.10.2018	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518
20 e 21.10.2018	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
27 e 28.10.2018	1ª PJ de Bonito	João Meneghini Girelli	99691-2601

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3350/2018-PGJ, DE 3.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Autorizar o 2º Promotor de Justiça de Fátima do Sul, Rodrigo Cintra Franco, a residir na comarca de Dourados, nos termos da Resolução Conjunta nº 001/2008-PGJ/CGMP, de 8 de maio de 2008, e da Resolução nº 26, de 17 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público (Processo PGJ/10/2663/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3353/2018-PGJ, DE 3.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 3327/2018-PGJ, de 1º.10.2018, que designou a Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva para responder pela 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, no período de 1º a 10.10.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3354/2018-PGJ, DE 3.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3322/2018-PGJ, de 1º.10.2018, que designou membros para atuarem nas audiências da 3ª Vara Criminal da comarca de Três Lagoas, de forma que, onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA
Daniela Araujo Lima da Silva	1º e 4.10.2018

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA
Jui Bueno Nogueira	1º.10.2018
Daniela Araujo Lima da Silva	4.10.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3362/2018-PGJ, DE 3.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, tendo em vista o disposto no artigo 258, *caput* e § 1º, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e diante das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão Processante,

R E S O L V E :

Prorrogar, por trinta dias, a partir de 20.10.2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurada por intermédio da Portaria nº 2768/2018-PGJ, de 10.8.2018, publicada no DOMP nº 1798, de 16.8.2018, para apurar os fatos constantes do Processo PGJ/10/2559/2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3364/2018-PGJ, DE 3.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 7.10.2018, a Portaria nº 3210/2018-PGJ, de 21.9.2018, na parte que designou Promotor de Justiça José Roberto Tavares de Souza para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da comarca de Três Lagoas.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3374/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, no dia 7 de outubro de 2018, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA
5ª	Paulo Leonardo de Faria
	Bianka Machado Arruda Mendes
9ª	Moisés Casarotto
51ª	
38ª	Bolivar Luis da Costa Vieira
53ª	Humberto Lapa Ferri

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**RESOLUÇÃO Nº 05/2018-CPJ, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.**

Dispõe sobre a eleição dos Conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2019/2020.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 9º, inciso XXIV, e 10, § 5º, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO a necessidade de se expedir regulamento atualizado, detalhando os procedimentos e prazos que serão observados na eleição dos membros do Conselho Superior do Ministério Público para o biênio 2019/2020, compatíveis com o regime jurídico em vigor;

RESOLVE:

Capítulo I
Das Disposições Gerais

Art. 1º A eleição dos Conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul realizar-se-á na primeira quinzena do mês de dezembro.

Art. 2º São eleitores os membros do quadro ativo da carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 3º São elegíveis os Procuradores de Justiça em exercício que se inscreverem como candidato, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral, ressalvados os casos em que se verificar ocorrência de qualquer das hipóteses de inelegibilidade previstas nesta Resolução e na Lei Complementar Estadual nº 72/ 1994.

Capítulo II
Das Inelegibilidades

Art. 4º É inelegível para o Conselho Superior do Ministério Público o Procurador de Justiça que:

- I - se encontre afastado da carreira, salvo se reassumir suas funções até cento e vinte dias da data da eleição;
- II - houver sido condenado por crime doloso ou por ato de improbidade administrativa, com decisão transitada em julgado, enquanto perdurarem seus efeitos;
- III - tiver sofrido pena disciplinar, desde que não reabilitado;
- IV - estiver exercendo mandato do Conselho Nacional do Ministério Público ou do Conselho Nacional de Justiça.

Capítulo III
Da designação da Comissão Eleitoral e da Data da Eleição

Art. 5º O processo eleitoral, desde a inscrição dos candidatos até a apuração dos sufrágios e proclamação do resultado da votação, será conduzido por uma comissão composta pelos três membros mais antigos do Colégio de Procuradores de Justiça, a ser presidida pelo mais antigo no cargo, excluídos os que antecipadamente manifestarem interesse em concorrer à eleição.

Art. 6º A designação dos membros da Comissão Eleitoral será promovida pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade pelo Procurador-Geral de Justiça, a ser realizada na segunda quinzena do mês de setembro.

Parágrafo único. Cumprirá ao Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça fazer publicar no Diário Oficial do Ministério Público, DOMP, no segundo dia útil seguinte à reunião, portaria de designação da Comissão Eleitoral.

Capítulo IV Da Inscrição

Art. 7º Os requerimentos de inscrição deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Eleitoral e protocolados no Protocolo-Geral do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, durante o horário normal de expediente administrativo, durante a segunda quinzena do mês de outubro, conforme calendário constante do Anexo Único desta Resolução.

Art. 8º Encerrado o prazo para inscrição dos candidatos, a Comissão Eleitoral, no prazo de 3 (três) dias úteis, providenciará a publicação no DOMP da relação dos candidatos habilitados e daqueles cujo pedido de inscrição tenha sido indeferido.

§ 1º Se o número de candidatos inscritos for inferior ao de vagas, todos os Procuradores de Justiça elegíveis serão considerados inscritos de ofício, salvo manifestação contrária, por escrito, dos que não pretendam concorrer ao pleito, dirigida à Comissão Eleitoral.

§ 2º Qualquer membro do Ministério Público poderá representar à Comissão Eleitoral acerca das causas de inelegibilidade, no prazo de 24 horas da publicação, cumprindo à Comissão Eleitoral proferir decisão em igual prazo.

§ 3º Das decisões da Comissão Eleitoral que deferirem ou indeferirem a inscrição de candidato caberá recurso no prazo de dois dias, contados da data da publicação, ao Colégio de Procuradores de Justiça, que decidirá em sessão extraordinária no prazo de três dias, intimando os interessados por meio do DOMP.

Capítulo V Do Processo de Votação

Seção I – Do voto

Art. 9º O voto é pessoal, secreto e obrigatório, não se admitindo o seu exercício por procurador ou via postal.

Art. 10. O eleitor poderá votar em cada um dos elegíveis, até o número de cargos postos em eleição, admitindo-se o recebimento do voto por meio de sistema eletrônico, mediante a utilização de urnas eletrônicas.

Art. 11. Se utilizado o sistema de voto eletrônico, a votação poderá ser realizada simultaneamente na sede da Procuradoria-Geral de Justiça e em sedes regionais previamente designadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, respeitado, em qualquer caso, o horário das nove às dezessete horas.

Art. 12. Caso seja adotado o sistema de voto físico, a votação ocorrerá exclusivamente na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, no período das nove às dezessete horas, recolhendo-se o voto mediante cédula confeccionada em papel branco e opaco, encimada pelo timbre do Estado, com os dizeres “MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”, contendo os nomes dos Procuradores de Justiça que concorrerem ao pleito, em ordem alfabética, ladeado à esquerda por um quadrilátero onde o votante assinalará com um X o nome do(s) candidato(s) de sua preferência.

Seção II – Da apuração

Art. 13. A Comissão Eleitoral receberá os votos e efetuará sua contagem utilizando-se do método manual, no caso de voto físico, ou do método da totalização automática, no caso de votação eletrônica.

Parágrafo único. Uma vez iniciada, a apuração se estenderá, sem interrupção, pelo período que for necessário até a proclamação do resultado.

Art. 14. O processo de apuração manual se iniciará pela contagem dos votos depositados na urna, a fim de que se verifique a coincidência do respectivo número de cédulas com o número de votantes.

Art. 15. No caso de emprego do sufrágio mediante cédulas de papel, serão considerados nulos os votos:

I - cuja cédula contenha anotação ou sinal que possa identificar o eleitor;

II - cuja cédula contenha a assinalação de um número de nomes superior ao número de cargos postos em eleição.

Parágrafo único. São considerados brancos os votos cujas cédulas não forem assinaladas conforme mencionado no art. 12.

Seção III – Dos recursos

Art. 16. Contra as decisões da Comissão Eleitoral, proferidas no curso da votação ou da apuração, o candidato poderá interpor recurso, com efeito suspensivo, no prazo de vinte e quatro horas, contadas ininterruptamente da proclamação do resultado, ao Colégio de Procuradores de Justiça, que decidirá em sessão extraordinária, em três dias.

Seção IV – Da proclamação do resultado

Art. 17. A Comissão Eleitoral, após a apuração, proclamará o resultado da eleição, lavrando-se ata circunstanciada e dissolvendo-se após a entrega, até o dia útil seguinte, do resultado ao Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º Serão considerados eleitos os nove candidatos mais votados e, em caso de empate, será incluído, sucessivamente, o candidato mais antigo no cargo, o mais antigo na carreira e o mais idoso.

§ 2º Os Procuradores de Justiça que se seguirem aos eleitos, na ordem de classificação, serão considerados seus suplentes.

§ 3º Se o número de suplentes eleitos for insuficiente para substituir os conselheiros titulares, serão considerados suplentes tantos integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça quantos forem necessários para a composição do quadro de suplentes do Conselho Superior do Ministério Público, mediante sistema de rodízio, iniciando-se pelo mais antigo no cargo, ressalvadas as restrições estabelecidas nos §§ 2º e 4º do art. 10 da Lei Complementar nº 72/ 1994.

Capítulo VI

Da Posse

Art. 18. A sessão solene de posse e exercício dos membros do Conselho Superior do Ministério Público será realizada no mesmo dia da primeira reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do mês de fevereiro do ano subsequente ao da eleição.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pelo plenário do Colégio de Procuradores de Justiça.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, MS, 4 de outubro de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 05/2018-CPJ, DE 2018

Calendário Eleitoral – Principais Datas

DATA	EVENTO	ARTIGO
04/10/2018	Data para o Colégio de Procuradores de Justiça aprovar, em reunião ordinária, a Resolução que estabelece as normas relativas à eleição dos Conselheiros, respeitando-se o prazo de 60 dias das eleições.	Art. 10, §5º, da LC 72/94
04/10/2018	Data da reunião extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça para designação dos membros da Comissão Eleitoral.	Art. 6º, Res. 05/2018-CPJ
08/10/2018	Prazo final para a publicação da Resolução que dispõe sobre a eleição dos Conselheiros. (antecedência mínima de 60 dias antes das eleições)	Art. 10, §5º, da LC 72/94
08/10/2018	Publicação da Portaria de designação da Comissão Eleitoral	Art. 6º, par. Único, Res. 05/2018-CPJ
22/10/2018	Início do prazo para a inscrição dos candidatos ao cargo de Conselheiro.	Art. 7º, Res. 05/2018-CPJ
26/10/2018	Término do prazo para a inscrição dos candidatos ao cargo de Conselheiro.	Art. 7º, Res. 05/2018-CPJ
31/10/2018	Prazo final para a publicação, pela Comissão Eleitoral, da relação de candidatos habilitados e da lista de inscrições indeferidas.	Art. 8º, Res. 05/2018-CPJ
07/12/2018	Data da eleição dos membros do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2019/2020.	Art. 1º, Res. 05/2018-CPJ, e art. 10, §5º, III, LC 72/94

RESOLUÇÃO Nº 06/2018-CPJ, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

Altera a Resolução nº 018/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, que fixa as atribuições das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso XVI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001592-0,

RESOLVE:

Art. 1º As alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do inciso I do artigo 8º da Resolução nº 018/2010-PGJ passam a vigorar com a seguinte redação:

"a) dividir de forma equitativa com a 28ª Promotoria de Justiça, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada:

1. os autos de apuração de atos infracionais oriundos da Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e Juventude – DEAIJ, promovendo representações, concedendo remissões extrajudiciais ou requerendo arquivamento;

2. os feitos criminais da Vara da Infância e da Adolescência;

3. os feitos de execução de medidas socioeducativas da Vara da Infância e da Adolescência;

4. Os autos de Cartas Precatórias e Notícias de Fato distribuídas pela CIP relativos a atos infracionais.

b) receber expedientes noticiando a ocorrência de atos infracionais praticados no âmbito escolar e em seu entorno (Programa de Conciliação para Prevenir a Evasão e Violência Escolar – PROCEVE), promovendo representações, concedendo remissões extrajudiciais e requerendo arquivamento, bem como adotando medidas extrajudiciais tendentes a diminuir a evasão escolar;

c) participar de audiências criminais realizadas na Vara da Infância e da Adolescência, de forma alternada, semanalmente, com a 28ª Promotoria de Justiça de Campo Grande;

d) fiscalizar as unidades executoras dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional, e adotar as medidas extrajudiciais e judiciais que se fizerem necessárias para o seu adequado funcionamento, acompanhando-as até o julgamento final;

e) no desempenho das atribuições definidas nos itens anteriores, dispor das prerrogativas institucionais do Ministério Público, dentre elas, as previstas no artigo 201 do ECA." (NR)

Art. 2º Ficam revogadas as alíneas "f", "g", "h" e "i" do inciso I do artigo 8º da Resolução nº 018/2010-PGJ.

Art. 3º As alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do inciso II do artigo 8º da Resolução nº 018/2010-PGJ passam a vigorar com a seguinte redação:

"a) dividir de forma equitativa com a 27ª Promotoria de Justiça, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada:

1. os autos de apuração de atos infracionais oriundos da Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e Juventude – DEAIJ, promovendo representações, concedendo remissões extrajudiciais ou requerendo arquivamento, com exceção daqueles praticados no âmbito escolar e em seu entorno (PROCEVE);

2. os feitos criminais da Vara da Infância e da Adolescência;

3. os feitos de execução de medidas socioeducativas da Vara da Infância e da Adolescência;

4. os autos de Cartas Precatórias e Notícias de Fato distribuídos pela CIP relativos a atos infracionais.

b) participar de audiências criminais realizadas na Vara da Infância e da Adolescência, de forma alternada, semanalmente, com a 27ª Promotoria de Justiça de Campo Grande;

c) fiscalizar as entidades de internação e semiliberdade que atendam adolescentes autores de atos infracionais, e adotar as medidas extrajudiciais e judiciais que se fizerem necessárias para o seu adequado funcionamento, acompanhando-as até o julgamento final;

d) promover medidas cabíveis para a garantia dos direitos fundamentais ao adolescente privado de sua liberdade, nos casos autorizados em lei;

e) no desempenho das atribuições definidas nos itens anteriores, dispor das prerrogativas institucionais do Ministério Público, entre estas, as previstas no artigo 201 do ECA." (NR)

Art. 4º Fica revogada a alínea "f" do inciso II do artigo 8º da Resolução nº 018/2010-PGJ.

Art. 5º As alíneas "a" e "b" do inciso III do artigo 8º da Resolução nº 018/2010-PGJ passam a vigorar com a seguinte redação:

"a) oficiar nos feitos oriundos da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso, de natureza cível (ações relativas ao poder familiar: destituição, suspensão e restituição; adoção nacional e internacional; medidas de proteção; pedidos de providências; procedimento especial de menor; habilitação para adoção; guarda; tutela; ação de execução e cumprimento de sentença; alvará judicial; suprimimento judicial; autorização de viagem nacional e internacional; cartas precatórias; ações cautelares; busca e apreensão de menores e alimentos, todos em casos especiais etc.);

b) participar das audiências a serem realizadas na Vara da Infância, Adolescência e do Idoso, de forma alternada, semanalmente, com a 46ª Promotoria de Justiça de Campo Grande;" (NR)

Art. 6º As alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do inciso IV do artigo 8º da Resolução nº 018/2010-PGJ passam a vigorar com a seguinte redação:

"a) atuar na proteção e defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos da criança e do adolescente no âmbito cível;

b) adotar medidas cabíveis visando a assegurar à criança e ao adolescente:

1. com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos inerentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária;

e

2. todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade;

c) atuar nos casos em que houver necessidade, visando o devido cumprimento das disposições legais e regulamentares a respeito da entrada e permanência de menores em locais de diversão, para expedição de alvará/autorização em:

1. eventos desportivos;

2. casas de jogos e diversões eletrônicas;

3. casas de massagem e congêneres;

4. danceterias, boates, bailes ou promoções dançantes e festivos;

5. *estúdios cinematográficos, teatro, rádio, televisão, musicais e balé;*

6. *concursos de beleza ou desfiles de moda e congêneres; e*

7. *espetáculos públicos em geral.*

d) fiscalizar as entidades que desenvolvam programas de atendimento, acolhimento institucional e familiar, que estejam com direitos violados, adotando as medidas cabíveis para a plena garantia dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, excetuando as instituições que possuem atuação junto a adolescente em conflito com a lei;

e) participar das audiências a serem realizadas na Vara da Infância, Adolescência e do Idoso, de forma alternada, semanalmente, com a 33ª Promotoria de Justiça de Campo Grande;

f) adotar medidas para criação do Conselho Tutelar municipal, fiscalizando o desempenho das suas atividades, inclusive da eleição dos seus membros; (NR)

Art. 7º Fica revogado o parágrafo "2º", do artigo 8º da Resolução nº 018/2010-PGJ.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 4 de outubro de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 0008/2018/49PJ/CGR.

A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000892-9 em Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180 – Chácara Cachoeira. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2018.00000892-9.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Associação Campo Grandense Paradesportiva, Driblando as Diferenças – ADD/MS.

Assunto: Apurar, em razão de denúncia de uso indevido de recursos, eventuais irregularidades no âmbito Associação Campo Grandense Paradesportiva, Driblando as Diferenças – ADD/MS.

Campo Grande/MS, 03 de outubro de 2018.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CHAPADÃO DO SUL

EDITAL 16/2018/1ª PJCS.

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Chapadão do Sul-MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Bairro Parque União, neste Município. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002834-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Chapadão do Sul/MS e L. H. P.

Assunto: apurar eventual irregularidade no exercício da função pelo servidor L. H. P. da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul/MS;

Chapadão do Sul/MS, 04 de setembro de 2018.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

EDITAL 17/2018/1ª PJCS.

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Chapadão do Sul-MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório abaixo relacionado:

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002849-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: SIGILOSO.

Assunto: SIGILOSO.

Chapadão do Sul/MS, 04 de outubro de 2018.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

COXIM

EDITAL Nº 0092/2018/02PJ/CXM.

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000712-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar eventual omissão no dever de guarda e preservação da incolumidade moral do estudante F. F. B, por parte da Escola Estadual Semíramis Carlota Benevides da Rocha.

Coxim/MS, 04 de outubro de 2018.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0146/2018/01PJ/PPR.

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002485-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002485-1.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Câmara Municipal de Ponta Porã.

Assunto: Apurar ocorrência de nepotismo e irregularidades na nomeação e contratação de servidores pela Câmara Municipal de Ponta Porã/MS.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 03/PPS/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 04 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0147/2018/01PJ/PPR.

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002559-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002559-4.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Município de Ponta Porã.

Assunto: Apurar a omissão do Município de Ponta Porã em regularizar as pendências dos Instrumentais de Gestão relativos ao ano de 2018 perante à SEDHAST gerando por consequência bloqueio do valor mensal do Cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS).

Ponta Porã/MS, 04 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0148/2018/01PJ/PPR.

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002446-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002446-2.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Irineu Lemes da Rosa Filho.

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente do corte de árvores nativas sem autorização ambiental na Fazenda Tijuca localizada no Distrito da Cabeceira do Apa, Município de Ponta Porã.

Ponta Porã/MS, 04 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0149/2018/01PJ/PPR.

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002381-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002381-9.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Ibioporã Participações e Agropecuária Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade das áreas de reserva legal e de preservação permanente, o uso e manejo adequado do solo, bem como investigar a existência de barragem ou qualquer atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental no imóvel rural denominado Fazenda Recreio, localizado em Ponta Porã/MS.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 60/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 04 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0150/2018/01PJ/PPR.

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002369-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002369-6.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Camara Municipal de Aral Moreira e Editora Gráfica & Jornal A Gazeta Amambai Ltda ME.

Assunto: Investigar a regularidade de contratação de empresa de publicidade pela Câmara Municipal de Aral Moreira no ano de 2013, bem como apurar a ocorrência de publicidade para fins de promoção pessoal de vereadores, sem conotação informativa e desprovida de finalidade pública.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 21/PPS/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 04 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0151/2018/01PJ/PPR.

A 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002363-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002363-0.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul - DETRAN/MS, Centro de Formação de Condutores Ponta Porã ME, Centro de Formação de Condutores Sophia, Centro de Formação de Condutores Porche LTDA e Centro de Formação de Condutores MS.

Assunto: Apurar a necessidade em se regulamentar a utilização de área adequada para a realização das avaliações e treinamento dos novos condutores de modo que não haja prejuízo à mobilidade do trânsito na área urbana onde se situa o Hospital Regional Dr José de Simone Neto, Clínica do Rim, Ministério Público Estadual, Fórum, Instituto Médico Legal, Justiça Federal, 1ª Delegacia de Polícia e Estabelecimentos Prisionais.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 12/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 04 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0152/2018/01PJ/PPR.

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002362-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002362-0.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Município de Ponta Porã.

Assunto: Apurar as condições de funcionamento, adequação e eficiência do Serviço de Assistência Especializada - SAE, prestado pelo Município de Ponta Porã aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 37/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 04 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0153/2018/01PJ/PPR.

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002355-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002355-2.

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Ponta Porã.

Assunto: Fiscalizar a criação e implementação do Portal da Transparência, bem como o cumprimento da Lei de Acesso à informação e de outras leis correlatas, pelo município de Ponta Porã/MS. IC 13/PPS/2014.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 13/PPS/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 04 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAURILÂNDIA

EDITAL Nº 0008/2018/PJ/AID.

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS telefone (67) 3445-1393.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003753-5.

Requerente: Ministério Público Estadual, Escola Municipal do Ensino Fundamental Profº Paulo Ney.

Interessado: E.M.P.

Assunto: acompanhar eventual situação de risco do menor E. M. P., bem como omissão no exercício do poder familiar pelos responsáveis.

Anaurilândia/MS, 04 de outubro de 2018.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

ANGÉLICA

EDITAL N° 21/2018/PJ/AIC.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002749-2.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Angélica/MS.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no pagamento de gratificação a motoristas da Prefeitura de Angélica/MS.

Angélica/MS, 1 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0025/2018/PJ/GDS.

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS.

Inquérito Civil nº: 06.2018.00002813-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Glória de Dourados.

Assunto: Apurar a eventual ocorrência de improbidade administrativa por irregularidade nos processos licitatórios nº 018/23018, 027/2017 e 028/2017, referente ao produto café, realizado pelo Município de Glória de Dourados/MS.

Glória de Dourados/MS, 05 de outubro de 2018.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

EDITAL N: 0026/2018/PJ/GDS.

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS.

Inquérito Civil nº: 06.2018.00002890-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Deodápolis.

Assunto: Apurar eventual ocorrência de improbidade administrativa praticada em tese na administração pública do município de Deodápolis pela prática de desvio de função de servidores públicos municipais.

Glória de Dourados/MS, 05 de outubro de 2018.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

PORTO MURTINHO

EDITAL N° 0039/2018/PJ/PTM.**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 02/2018, referente aos documentos enviados desta Promotoria de Justiça, nos termos do disposto do art. 9º, parágrafo único, da Resolução nº 004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho (pjportomurtinho@mpms.mp.br), até o dia 08/10/2018.

Porto Murtinho/MS, 02/10/2018.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA
Promotora de Justiça